

Gamal Abdel Nasser: da poética à política

Gamal Abdel Nasser: from poetics to politics

Felipe Paiva

Doutorando em História – UFF. E-mail: paiva.his@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho pretende abordar algumas das principais influências intelectuais de Gamal Abdel Nasser (1918 - 1970), chefe de Estado e ideólogo maior da revolução egípcia de 1952. Baseando-se nos preceitos da estética da recepção, desenvolvidos por Hans Robert Jauss, busca-se demonstrar como sua tomada de posição anticolonial, nacionalista e revolucionária foi antecipada (e influenciada) pela leitura de uma literatura algo subversiva, na qual se incluem autores como Charles Dickens, Victor Hugo e Tawfiq Al-Hakim.

PALAVRAS-CHAVE: Gamal Abdel Nasser; Egito; Estética da Recepção.

ABSTRACT

The present work intends to address some of the major intellectual influences of Gamal Abdel Nasser (1918 - 1970), head of state and major ideologue of the Egyptian revolution of 1952. Based on the precepts of the aesthetics of the reception of Hans Robert Jauss, the intention is to demonstrate how his anti-colonial, nationalist, and revolutionary conceptions were anticipated (and influenced) by the reading of a somewhat subversive literature, which includes such authors as Charles Dickens, Victor Hugo and Tawfiq Al-Hakim.

KEYWORDS: Gamal Abdel Nasser; Egypt; Aesthetics of reception.

Segundo um dos personagens de William Faulkner, conhecemos alguém pelos livros que leu.¹ O dito é verdadeiro, pois, sendo a vida um corredor muito estreito para tantas bibliotecas, a seleção de livros que alguém faz é um gradiente de sua personalidade, bem como um indício do período histórico no qual viveu. A obra literária só se converte em história por meio da interação entre o sujeito produtor (escritor) e o sujeito consumidor (leitor).

A disposição específica do leitor para com determinada obra pode ser obtida por meio da observância de três fatores: 1) É necessário atentar para certas normas conhecidas ou a poética imanente do gênero no qual foi escrito o texto; 2) Cabe observar as relações implícitas concernentes ao entorno histórico e literário em que se dá a leitura; 3) Finalmente, é preciso ater-se “à oposição entre ficção e realidade, função poética e prática da linguagem, que, para o leitor que reflexiona, existe sempre durante a leitura como possibilidade de comparação”. Este último fator inclui o fato de que “o leitor pode perceber uma nova obra tanto no horizonte mais estreito de sua expectativa literária como no horizonte mais amplo de sua experiência vital” (JAUSS, 2013, p. 166).

O horizonte de expectativas de uma obra permite “determinar seu caráter artístico na índole e o grau de sua influência sobre um público pré-determinado”. Por seu turno, a reconstrução do horizonte de expectativas em que teve

1. “O pai disse que antigamente se conhecia um cavalheiro pelos livros dele; hoje em dia se conhece um cavalheiro pelos livros que não devolveu” (FAULKNER, 2012, p. 88).

lugar a leitura permite “formular perguntas às quais dava resposta o texto e deduzir assim como pôde ver e entender a obra o leitor”. Essa operação descortina as normas, quase sempre desconhecidas, da compreensão de uma obra por parte de um leitor e evita asserções generalistas corriqueiras que engendram um círculo vicioso apelativo ao direcionar-se sempre para o “espírito geral da época” (JAUSS, 2013, p. 171).

As obras do passado voltam, assim, a constituir para o público leitor – que as percebem como obras de seu próprio tempo contemporâneo ao mesmo tempo em que as relacionam com um conjunto mais amplo de textos – a unidade de um horizonte comum e fundador de significado, de expectativas, recordações e antecipações literárias. Neste diálogo dos tempos, inicia-se a função social da literatura.

Ainda que suas qualidades enquanto autor tenham sido limitadas, o político e ideólogo egípcio Gamal Abdel Nasser (1918 – 1970) – líder da revolução nacionalista de 1952 e chefe de Estado de 1956 até a sua morte – foi um leitor voraz, ao menos em seus anos de juventude. Nesse período de sua vida, ele leu obras europeias e egípcias com afinco. Entre os autores prediletos do jovem Gamal contavam-se Shakespeare (de quem encenou uma das peças na escola, *Júlio César*); Voltaire (a quem dedicou um curtíssimo texto escolar, intitulado *Voltaire: Homem do povo*), Charles Dickens, Victor Hugo e Tawfiq Al-Hakim (STEPHENS, 1970, p. 33).

Estes últimos foram professores com os quais Nasser teve uma dívida especial. Em suas obras – dessemelhantes em muitos aspectos –, coabitam dois temas norteadores em comum: a fome e sua primogênita, a rebelião. Aliadas a um contexto favorável, essas obras funcionaram como o húmus que tornou fértil uma terra até então árida, deixando o solo pronto para a semente do nacionalismo revolucionário.

I

De Charles Dickens, Nasser afirma ter lido o romance *A Tale of two cities*, que calou fundo em sua alma, de forma que anos mais tarde, durante a revolução que ele próprio capitaneou em 1952, a narrativa lhe viria à mente como um contraexemplo. Em lugar da sangria revolucionária expressa em *A Tale of two cities*, a revolução de 1952 teria sido pacífica, pois, segundo disse o então presidente, ele teria aprendido com a história de Dickens que “violência gera violência” (STEPHENS, 1971, p. 33). Posição que assume não sem acentuada contradição, se considerarmos a perseguição pós-revolucionária a certos grupos políticos que o nasserismo engendrou, sobretudo aos comunistas e aos membros da Fraternidade Muçulmana.

Incoerências à parte, esse romance de Dickens, ao qual o presidente faz menção, pode ser tomado, a depender de quem o leia e em que situação, como um verdadeiro convite à sublevação.

Em *A Tale of Two cities*, Charles Dickens faz uso da Revolução Francesa para inserir seus personagens. Mais que mero pano-de-fundo, a revolução cumpre a função de véu que abraça a experiência individual dos tipos narrados. Ninguém escapa de suas entranhas, a vida de todos ela influencia. Talvez seja ela a protagonista de fato da obra, conduzindo as ações dos demais, coadjuvantes ou co-protagonistas. Seu papel de centralidade é perceptível logo nas primeiras passagens, ao início do primeiro capítulo: “Aquele foi o melhor dos tempos, foi o pior dos tempos, foi a idade da razão, a idade da insensatez, a época da crença, a época da incredulidade, a estação da Luz, a estação das Trevas, a primavera da esperança, o inverno do desespero” (DICKENS, 2010, p. 11).

Mesmo que baseada em solo inglês e descrevendo a experiência francesa, a passagem pode ser tomada como ilustrativa das várias épocas revolucionárias, dos dilemas que essas situações estabelecem àqueles que nelas tomam parte e que subsiste no jogo de palavras ambivalente que Dickens lança mão: razão e insensatez, luz e trevas, esperança e desespero; chocando-se e interpenetrando-se.

Sendo a época a protagonista da obra, entre os coadjuvantes e co-protagonistas se fazem presentes os tipos sociais mais comuns de então. O vagabundo, em busca de redenção; o cavalheiro inglês, cujo foco da vida é os negócios, o dinheiro que saía das vísceras do capitalismo nascente; o nobre francês – este dividido em dois subtipos, o que renega sua casta, e o impiedoso, que endossa a injustiça social; a dama, cujo amor tem peso de ouro para os personagens masculinos; o prisioneiro da Bastilha, cuja vida é destruída pela injustiça; e, sobretudo, o povo francês em sua miséria – os *Jacques* e as *Jacqueries*:² “Amostras de um povo que fora terrivelmente moído e remoído. [...] lavrada em todos os sulcos de velhice e aflorando a todo instante, estava a marca, a Fome” (DICKENS, 2010, p. 45).

Era esta mesma fome que flagelava muitos egípcios, especialmente a população rural do país. Neste período em questão, décadas de 1930 e 1940, a renda per capita caía vertiginosamente, chegando a um crescimento anual negativo de 0,2%, o que só reforçava a pobreza opressiva que afetava – ao fim dos anos de 1940 – 56,1% da população do campo. Concomitante a isso, o subemprego e o desemprego cresciam. A riqueza estava concentrada nas mãos de poucos, enquanto as taxas de desnutrição, mortalidade infantil e analfabetismo só cresciam (GHONEMY, 1998, p. 50).

Ainda assim, um observador externo desavisado poderia ter uma visão

2. “*Jacques*” e “*Jacqueries*” eram os adjetivos usados pela aristocracia para nomear os que estavam na base da pirâmide social do Antigo Regime.

positiva. Afinal, mesmo neste cenário, houve um considerável desenvolvimento da infraestrutura do país. Este desenvolvimento esteve dirigido, todavia, somente para as atividades que beneficiavam os lucros britânicos, relacionados à exportação de algodão, especialmente. Em não poucos locais, assistiu-se à transformação da agricultura de subsistência para a cultura de exportação em grande escala aos mercados internacionais, com a consequente proletarização do contingente camponês, ao passo em que o número do *lumpen* também crescia em igual ritmo. Ao mesmo tempo a política de livre-mercado deixava desprotegida a nascente indústria nacional e beneficiava os “investidores” estrangeiros que pagavam pouco para explorar a terra e o homem do país. Ao fim, a nação permanecia presa no papel de exportadora de matéria-prima no contexto internacional (ABDUSSALAM; ABUSEDRA, 2011, pp. 516 - 524).

Vivenciando este cenário, seria natural que o garoto Gamal associasse o “povo moído e remoído” do Antigo Regime narrado por Dickens ao povo egípcio. Num aspecto genérico e superficial, a associação tem sua razão de ser: em ambos os casos a máquina que moía carne humana era alavancada pela desigualdade social, com fartura de um lado e miséria do outro. Aos poucos que estavam no meio – entre eles o garoto Gamal – restava escolher a quem se aliar, ou permanecer na aparente neutralidade. Entretanto, “neutralidade” era uma palavra que deveria caber cada vez menos no vocabulário da gente comum, inclusive da classe-média urbana (classe à qual pertencia a família de Nasser). À medida que as décadas de 1930 e 1940 passavam, até culminarem na eclosão revolucionária de 1952, deveria ficar mais claro que a situação era insustentável.

Como Dickens escreveu – com o humor sardônico que lhe era típico –, referindo-se ao *Ancien Régime*, “quem [...] seria capaz de duvidar de que um sistema baseado num carrasco com cachos, pós de arroz, rendas douradas, escarpins e meias de seda branca perduraria até o fim dos tempos?”. Pode o garoto Gamal ter imaginado a elite colonial refletindo, tal qual a nobreza francesa do antigo regime, que “a repressão é a única filosofia duradoura. A sombria deferência do temor e da escravidão [...] fará com que os cachorros continuem obedecendo ao açoite, enquanto este teto encobrir o céu”. Pode também ter se regozijado ao saber que o mesmo personagem que proferiu essas palavras foi encontrado morto com um recado junto ao cadáver: “Levem-no depressa para a tumba. Assinado: Jacques” (DICKENS, 2010, pp. 142, 160, 167).³

A Revolução Francesa se aproximava, narrada por Dickens de tal forma que as imagens de todos os Jacques – “Jacques Um, Jacques Dois, Jacques Mil, Jacques Dois Mil, Jacques Vinte e Cinco Mil; em nome de todos os anjos ou de todos os demônios... como preferirem... trabalhem!” – se condensam na mente

3. Grifos do original.

do leitor como um corpo uno, indivisível, num verdadeiro “mar de águas negras e ameaçadoras [...] desapiedado de formas turbulentas, vozes de vingança e rostos tão endurecidos nas fornalhas do sofrimento que o toque da misericórdia não mais podia deixar neles suas marcas” (DICKENS, 2010, pp. 278, 283).

Dickens adianta a descrição da sublevação iniciada em Saint-Antoine, onde Jacques e Jacqueries partem para a tomada da bastilha. O tom é apocalíptico, no sentido da destruição que se concretizava, mas também das possibilidades que dela advêm. A obra não é imune, porém, às ambiguidades naturais de qualquer escrito. Ao passo em que narra de forma épica a tomada do poder pelos Jacques e pelas Jacqueries, Dickens chega a adjetivá-los de forma negativa, como “figuras bárbaras” que se “transformaram num bando de bestas selvagens” (DICKENS, 2010, pp. 300, 301).

Seu julgamento moral – compreensível – não o exime de afirmar categoricamente que aquela “barbárie” e aquela “selvageria” tinham um motivo, uma causa que a tornou possível e exequível.

É muitíssimo provável que tenha sido precisamente *isto* que tenha chamado a atenção do garoto Gamal. Suas reservas, ainda que contraditórias, para com a violência revolucionária, devem ter nascido nesse momento. Claro que o garoto também deve ter sentido o prazer do texto nesta obra de sabor tão romanesco, mas foram ali, nas cenas de sangue, que ele deve ter se visto refletido, bem como na causa que levava a tal e, claro, a empatia que deve ter sentido pelos repartiam a miséria comum.

II

Não por acaso, o outro livro que o presidente Nasser lista como um dos propulsores de sua educação política é *Les Misérables*, de Victor Hugo (STEPHENS 1971, p. 33). Assim como na obra de seu congênere inglês, também em Hugo desfilam os vários tipos sociais que preenchem a cena francesa – sobretudo parisiense. Entre esses tipos, está o moleque, o garoto, personificado no personagem Marius.

Diz Hugo, em um dos vários momentos de reflexão da obra, que “Paris tem crianças como as florestas têm pássaros”, o autor fala daqueles que estão entre os sete e os treze anos. Essa já era uma faixa etária ultrapassada por Nasser na altura em que leu o romance. Contudo, além deste tipo – a criança – existe o “garoto”, que “está para o moleque assim como a borboleta está para a larva”. No garoto, encontra-se a capacidade de “enorme de entusiasmo e alegria”, suas palmas se assemelham “a um bater de asas, para que aquele porão pequeno, fétido, escuro, sórdido, doentio, nojento, abominável [referindo-se a Paris] se

chame Paraíso”. Ao fim, num arroubo profético interessante, Hugo sentencia: “Quem quer que sejais, vós que vos chamais de Preconceito, Abuso, Ignomínia, Opressão, Iniquidade, Despotismo, Injustiça, Fanatismo, Tirania, tomai cuidado com esse garoto admirado. Ele crescerá” (HUGO, 2012, pp. 791, 794, 796).

Teria o garoto Gamal se reconhecido nessas linhas? Não é improvável, mas a sua empatia poderia ter repousado tanto na descrição que Hugo faz da juventude parisiense, quanto em Fantine, Cosette ou no protagonista, Jean Valjean. Esse, entretanto, não é o ponto. A questão é que todos os personagens, à semelhança da obra anterior, de Dickens, partilham de uma miséria em comum. Por outro lado, ao contrário de seu par inglês, em Hugo é a miséria que cumpre o papel norteador, não coincidentemente intitulado a obra, e esse elemento estava igualmente presente no ambiente egípcio em que o garoto se formava.

Persiste n’*Os Miseráveis* uma memória da Revolução Francesa, que, nas palavras do autor, dissolveu “em três horas mil anos de feudalismo”. Ela, a revolução, estaria “em toda parte onde se acende a luz do futuro”, multiplicar-se-ia “sob todas as formas do sublime”. Continua Hugo dizendo que “os dogmas libertadores que ela forja são espadas para as gerações futuras, e é com a alma de seus pensadores e poetas que são feitos, desde 1789, todos os heróis de todos os povos” (HUGO, 2012, p. 814).

À parte a megalomania típica de um colonial-eurocentrismo ao qual o autor não estava – e poderia? – imune, no caso específico de Nasser seu dito se faz correto. A influência da Revolução Francesa, ao menos naquilo que dela havia em Hugo e Dickens, foi tremenda no jovem Gamal, e esse fato ele nunca escondeu, confidenciando que era “especialmente interessado na Revolução Francesa”, nos tempos de adolescência (STEPHENS, 1971, p. 33).

No entanto, é apenas a memória da revolução de 1789 que persiste na obra de Hugo. Ao contrário do que acontece em Dickens, ela não é o palco para as aventuras e desventuras dos personagens. Em *Os Miseráveis* a ação se passa entre a batalha de Waterloo e os motins revolucionários de 1832. A insurgência de 1832, como bem observou um contemporâneo, foi “afogada em sangue”, sendo, ao fim e ao cabo, sujeita à “escamotagem”. Derrotada (MARX, 2012, pp. 37, 43).

A derrota não impede que Hugo trate 1832 como um momento de “grandeza revolucionária” em que “as massas sociais, os próprios tribunais da civilização [...] aparecem e desaparecem aí a cada instante por entre as nuvens tempestuosas dos sistemas, das paixões, das teorias. [...], vê aí brilhar a verdade, o sol da alma humana”. Mas os motins dos anos 1830 têm outra qualidade, “a sua calma”. Hugo não chega a ver uma derrota absoluta, mas antes um triunfo do direito e “O direito que triunfa não tem necessidade alguma de violência”.

Talvez por isso, seja ela “uma revolução detida no meio do caminho” (HUGO, 2012, pp. 1127, 113, 1136). É difícil ler a expressão “revolução detida no meio do caminho” e não se reportar à iniciativa popular egípcia de 1919.

Em 9 de março de 1919 estourou uma grande onda de fúria, começando no Cairo e não tardando em alcançar Alexandria dias depois para daí se estender por cidades menores, vilarejos, zonas verdes e desérticas. A ação possuía um cunho abertamente anti-britânico e anti-estrangeiro e só começou a ser contida a partir de uma ação vigorosa do exército britânico, em 29 de março do mesmo ano. Ao fim da onda de fúria, contaram-se centenas de mortes do lado egípcio e um sem-número de danos ao patrimônio colonial.

A revolta de 1919 inaugurou um período conturbado na história egípcia, um tempo em que a reivindicação nacionalista pela independência ganhava força, sendo capitaneada por Saad Zaghlul, personificação do nacionalismo egípcio de então. Por sua militância, ele chegou a ser exilado em Malta em 1919.

A conclusão de tudo isso foi a declaração de independência, concedida pela Grã-Bretanha ao Egito, em 1922. Quatro pontos permaneceriam intocáveis pela declaração: o controle britânico sobre as comunicações imperiais (leia-se: controle sobre Suez) e assuntos concernentes à defesa, o direito sobre o Sudão, a salvaguarda dos interesses estrangeiros e das minorias (britânicos residentes em território egípcio, principalmente) (HOURANI, 2005, p. 228).

Portanto, assim como escreve Victor Hugo em relação aos distúrbios parisienses, a revolta egípcia de 1919 foi, também, uma “revolução detida no meio do caminho”, pois a declaração de independência dela decorrente era antes formal que real, visto que o controle do aparelho de Estado permanecia, ao fim e ao cabo, em mãos britânicas.

Essa equivalência entre o cenário parisiense e egípcio não deve ter escapado ao jovem Gamal. Também não deve ter-lhe escapado que “Mesmo incompletas, mesmo abastadas e adulteradas, reduzidas a estado de revolução-caçula, como a revolução de 1830, resta-lhes quase sempre bastante lucidez providencial para que não sejam vãs. Seu eclipse nunca é uma abdicação” (HUGO, 2012, p. 1138).

A revolta egípcia de 1919 não foi vã. Ela alimentou sonhos e esperanças de quem com ela nasceu, a geração do jovem Gamal. Ela serviu de alento e exemplo. Igualmente, ela inflou a imaginação popular, tendo influenciado não poucos escritores, intelectuais e pensadores. Entre os quais Tawfiq Al-Hakim, o outro herói literário do jovem Gamal.

III

Falar em narrativa egípcia contemporânea é falar em *renascimento*, e poucos autores expressaram melhor esta ideia do que Tawfiq Al-Hakim (1898 - 1987) (GÁLVEZ, 1989, p. 657). Já no título de uma de suas obras, esse renascimento se faz presente. Trata-se do romance *O despertar de um povo*, que tenta cumprir simultaneamente a função de retrato dos costumes e tipos sociais, esboço autobiográfico e tese histórico-política (CÓRDOBA, 1967, p. 9). Também esta obra foi lida pelo jovem Nasser.

No que diz respeito às duas primeiras instâncias do romance – que concernem ao retrato dos tipos e costumes e ao esboço autobiográfico – é muito provável – talvez mesmo óbvio e natural dado o número espantoso de coincidências – que o garoto Gamal tenha se sentido representado. O protagonista da obra, Muhsin, é não mais que um garoto na altura dos seus 15 anos. Mesma idade que tinha Nasser quando começou a se envolver em protestos políticos (NASSER, 1962). Muhsin tem família no campo, mas vive no Cairo por conta dos estudos, e lá fica sob os cuidados de seus tios – três jovens adultos; Hanafi, Selim e Abdul. Situação quase idêntica à do garoto Gamal.

Os anos de 1930 (especialmente 1935 e 1936) ficaram conhecidos como “anos da juventude”, pois foram dias caracterizados pelas revoltas estudantis. A revolta vinha acompanhada pelo descontentamento com os líderes políticos e pelo temor em relação ao futuro profissional num país cuja instabilidade era a norma (MARSOT, 2008, p. 124, 125).

Nesse contexto, as autoridades da Escola Secundária *Ras el Tin* fartaram-se do comportamento do jovem Gamal, que então se envolvia com grupos nacionalistas em Alexandria. As autoridades escolares alertaram seu pai, provavelmente lhe dando um ultimato para que tomasse alguma providência mais enérgica. Foi graças a isso que o velho Abdel Hussein, pai de Gamal, teve a ideia de enviar o filho para o Cairo e deixá-lo aos cuidados de seu tio, Khalil, para que ele, estando em outra escola, se afastasse definitivamente da organização juvenil na qual ingressara. A partir desse momento, em exata concordância com Muhsin, o jovem Gamal passa a morar no Cairo, tutelado por seu tio, Khalil.

A coincidência entre o fato e a ficção deve assustar menos se for devidamente contextualizada. A situação na qual Nasser e Muhsin se encontravam não era incomum a muitos jovens egípcios residentes do Cairo e de Alexandria, as maiores cidades do país. Muitos deles possuíam vínculo familiar com o interior do país e iam aos centros urbanos afim de adquirir a educação formal. Deve-se considerar que Al-Hakim estava muito ciente desse fato, de maneira que a escolha por situar o protagonista de seu romance nesta situação não foi

gratuita. Nacionalista convicto, ele, com toda certeza, queria que a obra impactasse os jovens egípcios, seu público alvo.

Assim, em seu aspecto formal, a obra detém as características de romance de formação, por centrar a maior parte da narrativa na educação sentimental do personagem, em contato com o centro caiota. Ainda que quantitativamente esse aspecto tenha prevalência no romance, há também um traço formalmente épico relativo à outra instância da obra: sua tese histórico-política. É preciso lembrar que estilisticamente a narrativa épica – ao menos em um sentido estrito – “anuncia o ponto da história em que ela começa e prossegue em ordem cronológica até o fim” (KNOX, 2011, p. 17). O *incipit* e a conclusão precisam, por isso, estar necessariamente inter-relacionados.⁴

Por esse parâmetro, a obra de Al-Hakim é um épico, um pouco ao modo de outras narrativas que brotaram em várias partes do mundo colonial.⁵ O narrador mantém sua fidelidade última ao povo, à gente comum subjugada pela ordem colonial. Como fica patente no *incipit* da obra em questão: “Vós deveis ser do povo. [...]. Somente o camponês pode viver assim. É a única pessoa que, ainda que sua casa seja ampla, tem que dormir em uma só habitação com a mulher, os filhos, o boi e o asno”. Em consonância, o encerramento faz alusão, quase literal ao *incipit*: “Devem ser camponeses do povo, acostumados com o gado na mesma habitação... [...] Porém, sim, sois vós! Um ao lado do outro também, é? Um junto ao outro!” (AL-HAKIM, 1967, pp. 14, 405).

Nas páginas de Al-Hakim, fundem-se, portanto, tanto o épico quanto o romance de formação. No primeiro gênero, o jovem Gamal deve ter reconhecido a causa pela qual valeria à pena se bater. No segundo gênero, talvez visse a si mesmo refletido numa esfera mais íntima de sua vida. Ainda que especulações sobre essa última esfera sejam importantes, nos interessa especialmente a primeira.

Neste sentido, um dos pontos altos da narrativa acontece quando do diálogo entre um inspetor inglês e um arqueólogo francês na casa dos pais de Muhsin no interior do país. Após uma fala jocosa do inspetor inglês a respeito da gente do campo, o arqueólogo replica: “Pegue um desses campesinos, retire-lhe o coração e encontrará nele sedimentos de dez mil anos de experiências e conhecimentos, superpostos uns encima dos outros, sem que ele o saiba”. O personagem francês fala como se o povo se deixasse domar por não saber a força que tem, ainda que “em certos momentos críticos surjam aqueles conhecimentos e experiências, lhe vindo em socorro sem que ele saiba como”. A experiência histórica do passado se converte “em seu espírito” em uma “espécie de instinto, que lhe leva à solução correta” (AL-HAKIM, 1967, p. 253).

4. Veja-se, por exemplo, as primeiras palavras da Odisseia: “Fala-me, Musa, do homem astuto que tanto vagueou/ depois que de Troia destruiu a cidadela sagrada, [...]/Destas coisas fala-nos agora, ó deusa, filha de Zeus”. Estes primeiros versos estão intimamente relacionados aos últimos: “Assim falou Atena; e Ulisses obedeceu alegrando-se no coração” (HOMERO, 2011, pp. 119, 542).

5. Pense-se, por exemplo, no conhecido *Mayombe* (1979) de Pepetela, objeto de tantas análises no meio brasileiro. No entanto, *Mayombe* é somente um exemplo entre inúmeros outros épicos anti-coloniais que pipocaram em praticamente todos os países sujeitos ao colonialismo, ao que as nações africanas não foram exceção. O gênero nos legou obras-primas como *Weep Not, Child* (1964), de Ngugi wa Thiong’o; *Les Bouts de bois de Dieu* (1960), de Sembene Ousmane; *Remember Ruben*, de Mongo Beti (1988) e *A Batalha de Tebas* (1944) de Naguib Mahfouz. O maior nome do gênero épico anticolonial será, no entanto, um asiático. Com a *Tetralogia de Buru* (1980 - 1988) Pramoedya Ananta Toer, o grande nome da literatura indonésia, levará a epopeia de libertação nacional a um novo patamar, com uma densidade narrativa até então inédita.

A argumentação do personagem transforma-se facilmente em uma tese, o diálogo verte-se em monólogo e, não por acaso, o autor passa a adjectiva-lo não mais como arqueólogo, mas antes por “sábio francês”. Os indícios levam a crer que é o próprio Al-Hakim que passa a falar pela boca do seu personagem.⁶

Seu tom é, de fato, o de defesa de uma tese, um pouco ao sabor braudelianiano. Por exemplo, diz o sábio que “esses milhares de anos que são o passado do Egito” não transcorreram “como um sonho, sem deixar marcas em seus descendentes”. Afinal, “Se a terra e as montanhas são tão somente a herança de estrato a estrato, por que não há de ocorrer isto também nos povos antigos, que não hão abandonado sua terra, nem mudado em nada seu clima, sua natureza?” (AL-HAKIM, 1967, p. 254).

Uma das coisas que persiste na alma do camponês egípcio, herança dos tempos faraônicos, é o seu “coração sem fundo”, enquanto o europeu estaria fadado a ser escravo da razão, “esta máquina limitada”. Ao fim e ao cabo, o sábio francês nos apresenta uma versão do mito do “bom selvagem”, na qual a razão está subordinada à emoção. Nisto residiria a essência do povo egípcio, inalterável, “sempre a mesma”. Este “bom selvagem”, no entanto, à diferença de versões europeias do mito, seria herdeiro, por direito, de uma grande civilização: persistiria na alma campesina o “espírito dos templos” (AL-HAKIM, 1967, p. 255).

O sábio francês sentencia ao seu calado interlocutor britânico: “não deprecie a este pobre povo de hoje, pois leva dentro de si sua força escondida, e só lhe falta uma coisa [...]. O ídolo!”. Falta somente “o homem em que estejam representados todos seus sentimentos e desejos, que seja o símbolo da finalidade, e então não se estranhe que este povo homogêneo, compacto, sofrido e disposto ao sacrifício, faça outro milagre como as Pirâmides...” (AL-HAKIM, 1967, p. 259). O ídolo vinha a galope, e o milagre estava próximo, tinha data e lugar para acontecer. Cairo, 1919:

Antes que se pusesse o sol naquele dia, o Egito havia se convertido em um bloco de fogo, e 14 milhões de almas pensavam em uma só coisa: no homem que havia expressado seus sentimentos, que havia levantado para reclamar seus direitos à liberdade e à vida e que havia sido preso, encarcerado e desterrado em uma ilha no meio do oceano (AL-HAKIM, 1967, p. 359).

Al-Hakim não o diz, mas é suficientemente claro que o homem em questão é Saad Zaghlul, que a “ilha no meio do oceano” é, na verdade, Malta, para onde foi deportado pelo governo colonial britânico. Com pendor messiânico, Zaghlul é alçado agora a novo ídolo, comparado a ninguém menos que “Osíris, que

6. Um dos indícios que nos leva a isso é a afirmação do Sábio Francês de que, ao contrário do povo egípcio “O europeu vive somente do que lhe ensinaram e sabe desde sua meninice, desde que vive, porque não tem herança nem passado que lhe socorra inconscientemente” (AL-HAKIM, 1967, p. 254). Vindas da boca de um acadêmico europeu as palavras são surpreendentes, vindas da boca de um nacionalista egípcio, nem tanto.

desceu do céu para melhorar a terra do Egito, para dar-lhe vida e luz, foi preso, metido em um caixão e desterrado, cortado em pedaços, às profundezas do mar...” (AL-HAKIM, 1967, p. 359).

Neste ponto, fica bastante clara a tendência nacionalista à qual Al-Hakim se alinha, ao menos nesse momento da sua vida. Sua obra é, provavelmente, a expressão literária mais bem-acabada do faraonismo. Nesta vertente, o Egito é identificado como um território distinto, como uma entidade separada do restante do mundo árabe-islâmico. Essa identidade separada deriva dos símbolos faraônicos do passado pré-islâmico. Não por acaso, o ídolo da história de Al-Hakim, Saad Zaghlul, encontra-se enterrado num mausoléu de estilo arquitetônico neo-faraônico (WOOD, 1998, pp. 180, 181).

Com efeito, *O despertar de um povo* é um livro em que transparece nitidamente a preocupação do autor com uma ideia de *renascimento* e, mais precisamente, de um novo senso de identidade egípcia impulsionado por um nacionalismo fervoroso que buscava sua razão de ser na grandeza passado do Egito. Grandeza esta potencializada pelas descobertas arqueológicas de então, das quais a mais importante foi a tumba de Tutancâmon em 1922 (ALLEN, 2015, p. IX).

A busca por um novo senso de identidade nacional é perceptível não só no faraonismo que a obra guarda, mas também em seu recorte de classe. Se o camponês ganha protagonismo na fala do sábio francês, na revolta propriamente dita emergem os trabalhadores citadinos – “o açougueiro e seu assistente, o padeiro, o vendedor de laranjas”. Há também a presença, ainda que tímida, do elemento negro sul-saariano enquanto aliado da revolta – “um sudanês marchando com ousadia contra a máquina que lhe apontava”. Some-se a isso a natureza inter-religiosa do combate – “a meia-lua abraçando a cruz” (AL-HAKIM, 1967, pp. 392, 393).

Assim como nos livros de Dickens ou Hugo, a pobreza é um elemento central, de forma que a autenticidade da nação está guardada na túnica do camponês. Contudo, mais importante é o fato de que a miséria abre espaço para a revolta.

Neste período, o camponês era visto como uma classe perigosa, de maneira que o discurso intelectual egípcio o tinha como culturalmente autêntico, mas também como profundamente atrasado. Quando acontecia de se insurgir contra as autoridades, sua insubmissão era no mais das vezes vista como um dos traços de sua personalidade arcaica, dificilmente era posta em termos de protesto social ou resistência à ordem vigente (SHAKRY, 2008, p. 44). No fundo, Al-Hakim corrobora essa tendência, mas sua originalidade reside no fato

de que em sua obra este aparente “atraso” passa a ser, supostamente, o berço onde jaz adormecida a cultura de uma grande civilização.

Não obstante seus méritos literários e a justiça da causa que defendia, Al-Hakim acaba produzindo um amálgama a-histórico no qual a mudança é rejeitada em lugar da permanência. Pouco importa que os costumes, a língua, a religião e outros aspectos da vida egípcia tenham mudado drasticamente desde a antiguidade. O importante é a continuidade, ainda que esta não tenha mais no que se agarrar senão em expressões vagas e imprecisas como “coração” e “alma” campesina.

Anos mais tarde, tendo logrado os objetivos que pretendia quando jovem, o então coronel Nasser iria se perguntar “Quando eu descobri as sementes da revolução em minha alma?”. Sua resposta à questão é reveladora: “estas sementes não ficaram latentes somente nas profundezas da minha alma. Elas ficaram também nos espíritos de muitos outros que, por sua vez, não podiam esperar o dia em que eles as descobriam latentes em sua própria existência”. Estaria bastante claro para o então coronel que “as sementes [da revolução] eram inatas” sendo “uma aspiração suprimida deixada como legado pelas gerações precedentes” (NASSER, 1972, p. 20).

Nesta passagem se faz presente o mesmo tom a-histórico disponível no faraonismo de Tawfiq Al-Hakim. A sublevação era, assim como na obra de Al-Hakim, um legado inato deixado pelas gerações precedentes, aí inclusa a estirpe faraônica. Assim como seu herói literário, Nasser pretere a mudança à permanência, trancafiando a nação em um eterno passado, ao menos em um plano retórico.

* * *

Após seu período de leitor juvenil, Nasser entraria para a escola militar em 1938. A partir de então iniciaria, junto ao corpo político por ele fundado, os “Oficiais Livres”, uma campanha subterrânea de pendor nacionalista e anticolonial. Os jovens oficiais ambicionavam a independência real do Egito, para além das limitações da declaração de 1922. Seu grupo encabeça a revolução em 1952, e, em 1956, ele se torna chefe de Estado, posição na qual permaneceria até sua morte em 1970. As lições que aprendera com Al-Hakim, Dickens e Hugo, as mesmas que o ajudaram a internalizar um certo nacionalismo anticolonial difuso, foram profanadas em sua ulterior prática política.

A revolução de 1952 teve repercussões profundas no povo egípcio para além da mitologia nacionalista oficial, que tem em Nasser a personificação da revolta e seu principal condutor. Uma euforia política se apoderou de contin-

gentes operários e camponeses expressivos, produzindo um excedente revolucionário que logo se mostrou indomesticável para Nasser e seus homens.

Ainda em 1952, por exemplo, um grupo de comunistas, liderados pelos sindicalistas Mustafá Jamis e Hasan al-Bakari, decretaram greves gerais nas fábricas anglo-egípcias instaladas em Kafr al-Dawwar. Eles estavam se solidarizando com os camponeses da mesma região, que reivindicavam uma reforma agrária imediata. O exército de Nasser, então recém feito dono do poder, reprimiu o movimento com violência e condenou seus líderes, Jamis e al-Bakari, à pena capital (MUÑOZ, 1992, p. 215). Neste caso, a revolta resultante da fome e da miséria foi sufocada, não apoiada.

Se, como afirmou Céline, um militar só se torna adulto após cometer um assassinato,⁷ o episódio de Kafr al-Dawwar inaugurou, para Nasser, sua idade da razão. Com a revolução, ele entrou definitivamente na vida adulta. O idealismo do jovem Gamal sucumbiu diante do pragmatismo do Nasser maduro.

Portanto, enquanto autor (de atos e escritos), Nasser escreveu em um palimpsesto. Conseguiu contornar algumas palavras ainda legíveis das antigas obras que lera, para logo em seguida inserir outras, muitas vezes em tinta de sangue. Mesmo profanadas ou esquecidas por mera conveniência, as obras literárias de Dickens, Hugo e Al-Hakim foram determinantes em seu desenvolvimento enquanto indivíduo, fornecendo a semente de uma árvore cujos frutos seriam imprevisíveis.

7. “Enquanto o militar não mata, é uma criança” (CÉLINE, 2008, p. 132).

Referências Bibliográficas

- ABDUSSALAM, Ali A.; ABUSEDRA, Fathi S. “A economia colonial: Norte da África. Parte II. Líbia, Egito e Sudão”. In BOAHEN, Albert Adu. (Edit.). **História Geral da África – Vol. VII. África sob dominação colonial (1880 - 1935)**. Cortez: São Paulo, 2011.
- ALLEN, Roger. “Foreword” In AL-HAKIM, Tawfiq. **The revolt of the Young. Essays by Tawfiq al-Hakim**. Nova York: Syracuse University Press, 2015.
- AL-HAKIM, Tawfiq. **El despertar de un pueblo**. Madri: Instituto Hispano Árabe de Cultura, 1967.
- CÉLINE, Louis-Ferdinand. **Viagem ao fim da noite**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CÓRDOBA, Federico Corriente. “Prólogo” In AL-HAKIM, Tawfiq. **El despertar de un pueblo**. Madri: Instituto Hispano Árabe de Cultura, 1967.
- DICKENS, Charles. **Um conto de duas cidades**. São Paulo: Estação Liberdade, 2010.
- FAULKNER, William. **O Som e a Fúria**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- GÁLVEZ, Eugenia. “La narrativa egípcia”. **Philologia Hispanlensis**. Vol. IV, F.

- II. Sevilha: Universidade de Sevilha, 1989.
- GOHNEMY, Mohamad Riad El. **Affluence and poverty in the Middle East**. Londres/ Nova York: Routledge, 1998.
- HOMERO. **Odisseia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- HOURANI, Albert. **O pensamento árabe na Era Liberal (1789 – 1939)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- HUGO, Victor. **Os Miseráveis**. 2 Vols. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- JAUSS, Hans Robert. **La historia de la literatura como provocación**. Madri: Gredos, 2013.
- KNOX, Bernard. “Introdução” In HOMERO. **Odisseia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- MARSOT, Afaf Lutfi al-Sayyid. **Historia de Egipto. De la conquista árabe al presente**. Madri: Akal, 2008.
- MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MUÑOZ, Gema Martín. **Política y elecciones en el Egipto contemporáneo (1922 - 1990)**. Madri: Agencia española de cooperación internacional/Instituto de Cooperación con el Mundo Árabe, 1992.
- NASSER, Gamal Abdel Nasser. **Entrevista concedida a David Morgan – Sunday Times**. Publicado originalmente em 1962. Disponibilizado pela Fundação Gamal Abdel Nasser e Biblioteca de Alexandria. Disponível em <http://nasser.bibalex.org/common/picturesor-%20sira3_en.htm>. Acessado em 11 de fevereiro de 2016.
- . “The Philosophy of the Revolution” In ----- . **Nasser Speaks. Basic Documents**. Londres: Morssett, 1972.
- SHAKRY, Omnia El. “Peasants, Crime and Tea in Interwar Egypt” **ISIM Review**. Vol. 21. Leiden: Leiden University Press, 2008.
- STEPHENS, Robert. **Nasser. A political Biography**. Nova York: Penguin, 1971.
- WOOD, Michael. “The use of the Pharaonic Past in Modern Egyptian Nationalism” **Journal of the American Research Center in Egypt**. Vol. 35, 1998.